

Moção pela implementação do PAES-Pop Trans e repúdio à Resolução do CFM N° 2427/2025

..

O PAES-Pop Trans (Programa de Atenção Especializada à Saúde da População Trans), desenvolvido pelo Ministério da Saúde no âmbito da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES), tem como objetivos revisar, organizar e ampliar a saúde integral da população trans no SUS a partir da atualização do Processo Transexualizador (Portaria N° 2803/2013). O novo programa visa a garantia do cuidado específico em saúde por meio de acolhimento, acesso à hormonização e cirurgias, e cuidado em saúde mental, estruturados por ciclos de vida, entre outros, de forma integrada com os demais níveis e serviços de atenção à saúde.

Apesar de ter sido anunciado em 10/12/2024, o programa não foi publicado. O controle social, através da 4ª Conferência Nacional LGBTQIA+, em outubro de 2025, elencou a proposta de ampliação e implementação do programa, sendo aprovada como **prioritária** por 99% das pessoas presentes na plenária final. O PAES-Pop Trans está pronto, porém segue estagnado e, dessa forma, posterga a implementação de políticas de saúde destinadas à população trans no SUS, desrespeita o trabalho das milhares de pessoas envolvidas na construção deste programa, além de materializar a falta de transparência frente a todos os recursos públicos já investidos e de invalidar a participação popular no âmbito das Conferências Nacionais. **Cada dia sem PAES Pop Trans significa mais desassistência, mais vulnerabilidade e menos dignidade.**

O movimento social trans, juntamente a organizações aliadas, está organizando atos em escalas local, regional e nacional no dia 10 de dezembro pela reivindicação da publicação imediata do PAES-Pop Trans, pela saúde integral da nossa população no SUS e por uma prática de cuidado livre de patologização.

Além disso, nesse contexto, é necessário pautarmos o repúdio à Resolução nº 2.427/2025 do Conselho Federal de Medicina (CFM) publicada em 16 de abril de 2025.

Conforme a “*Nota coletiva sobre a nova resolução do CFM referente ao atendimento de pessoas trans*”, publicada em 17 de abril de 2025, assinada por diversas instituições, entre as quais científicas como ABRASCO, ABENFISIO, ABRASITTI e SBMFC, e de movimentos sociais, como ANTRA e IBRAT, apesar da expectativa consolidada de ampliação e atualização da Resolução CFM nº 2.265/2019, em vista do avanço em centenas de publicações científicas, o documento aumenta a idade mínima para início da hormonização cruzada e para as cirurgias que resultem em infertilidade, obriga o acompanhamento médico de um ano para que a hormonização possa ser iniciada, além de impedir o bloqueio puberal às crianças e adolescentes trans.

Na ausência do apoio profissional às transformações corporais, percebe-se aumento da busca por estratégias nocivas, como o uso de hormônios inseguros e acessados de forma clandestina. Além disso, a falta de acesso a transformações corporais gera aumento de casos de depressão, ansiedade e outras condições de saúde mental, com aumento do risco de suicídio.

Compreende-se que a resolução, ao invés de ampliar atuações e criar espaços para o desenvolvimento das atuais práticas consolidadas, criou novas barreiras ao cuidado e fragilizou processos e profissionais. Ademais contribuiu para a descredibilização de equipes multiprofissionais e instituições de saúde que atuam de forma ética, técnica e responsável, baseadas em evidências e em protocolos reconhecidos nacional e internacionalmente.

Dessa forma, manifestamos a necessidade urgente do Ministério da Saúde cumprir com a implementação do PAES-Pop Trans e reforçamos nosso repúdio à Resolução N° 2427/2025 do CFM que priva a população trans de acesso aos seus direitos e cuidados em saúde.

Assinam essa moção:

Grupo de Trabalho de Saúde da População LGBTI+ da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO)

Grupo de Trabalho de Gênero, Sexualidade, Diversidade e Direitos da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC)

Associação Brasileira Profissional para a Saúde Integral de Pessoas Travestis, Transexuais e Intersexo (ABRASITTI)

Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)

Afronte!

Coletivo de Médiques e Acadêmiques Trans de Medicina (COMETA)

Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (DENEM)

Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS)

Grito dos Excluídos Continental

Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT)

Núcleo de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade da Associação Brasileira de Ensino e Fisioterapia (NEABENFISIO)

Coalizão Trans de Campinas/SP

Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais (DCE UFMG)

Grupo de pesquisa e extensão sobre Movimentos Sociais, Controle Democrático e financiamento da saúde (GEMCOF/UFMT)

Referências:

Brasil. Ministério da Saúde. **Ministério da Saúde apresenta o Programa de Atenção à Saúde da População Trans**. Ministério da Saúde. 10 de dez 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/dezembro/ministerio-da-saude-apresenta-o-programa-de-atencao-a-saude-da-populacao-trans>. Acesso em 02 nov 25.

Nota coletiva sobre a nova resolução do CFM referente ao atendimento de pessoas trans. Disponível em:

<https://www.cfess.org.br/noticia/view/2223/nota-de-repudio-a-publicacao-da-resolucao-cfm-n-24272025>. Acesso em 02 nov 25